

LETRAMENTO E AQUISIÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA COMO 2ª LÍNGUA POR ALUNOS SURDOS: Estratégias Metodológicas dos Professores do AEE.

Ana Cristina de Assunção Xavier Ferreira

Universidade Federal do Piauí- UFPI

crispedagoga2016@gmail.com

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar os efeitos das estratégias metodológicas utilizadas no AEE no processo de letramento e aquisição da Língua Portuguesa enquanto segunda língua nas salas de recursos multifuncionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Teresina-PI. A alfabetização na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS é semelhante com as dos ouvintes, no que diz respeito à memorização, já para a prática de letramento é explorado por meio de experiências e das diferenças entre significações do contexto aprendido e compreendido. Tal objetivo foi estabelecido pela constatação de que grande parte dos Surdos apresentam dificuldades para atribuir sentido no que lê, ou seja, apreendem a codificar e decodificar, mas possuem claramente dificuldades em interpretar e compreender um texto. Assim, partimos da seguinte problemática: de que forma as estratégias metodológicas utilizadas no AEE influenciam no processo de letramento e aquisição da língua portuguesa escrita enquanto 2ª língua pelo Surdo. Este estudo é fonte de pesquisa de importantes autores como: Lodi (2012), Slomski (2010), Quadros (2008), Salles (2004), e Moura (2000), dentre outros. Os resultados obtidos por meio da análise na coleta de dados nos levaram a considerar que as dificuldades na aquisição da língua portuguesa pelo Surdo são grandes na maioria das salas multifuncionais, contudo, nos centros pesquisados a realidade vem sendo positiva, tendo em vista à presença do professor de Língua Portuguesa em parceria com os professores de Libras, na escola visitada, a falta destes professores em parceria contribui de forma significativa para essa dificuldade.

Palavras-Chave: Letramento, Libras, Língua Portuguesa.

ABSTRACT

The objective of this research is to investigate the effects of the methodological strategies used in ESA in the process of literacy and acquisition of Portuguese as a second language in the multifunctional resource rooms of the Teresina-PI State Public School Network. Literacy in the Brazilian Language of Signals - LIBRAS is similar to that of the listeners, as far as memorization is concerned, and for the practice of literacy is explored through experiences and the differences between meanings of the context learned and understood. This objective was established by the fact that most Deaf people find it difficult to make sense of what they read, that is, they learn to encode and decode, but they clearly have difficulties interpreting and understanding a text. Thus, we start from the following problematic: how the methodological strategies used in the ESA influence in the process of literacy and acquisition of the Portuguese language written as 2nd language by the Deaf. This study is a research source of important authors such as: Lodi (2012), Slomski (2010), Quadros (2008), Salles (2004), and Moura (2000), among others. The results obtained through the data collection analysis led us to consider that the difficulties in the acquisition of the Portuguese language by the Deaf are large in most multifunctional rooms, however, in the researched centers the reality has been positive, due to the presence of the professor of Portuguese Language in partnership with the teachers of Libras, at the school visited, the lack of these teachers in partnership contributes significantly to this difficulty.

1. INTRODUÇÃO

A educação de surdos tem sido objeto de profundas discussões nas últimas décadas. Com a mudança do Oralismo para o Bilinguismo, a aprendizagem da língua brasileira de sinais, assim como a aprendizagem da leitura e escrita, passou a ter um papel preponderante, apesar dos alunos surdos terem acesso à língua brasileira de sinais tardiamente. Este papel, antes atribuído principalmente à linguagem oral, se faz importante para a construção de uma nova identidade e autonomia da comunidade surda.

Os desafios são grandes para o público surdo, pois desde o início de sua escolarização, vários são os fatores que contribuem para que o processo de aquisição da língua não ocorra de forma satisfatória e natural para estes sujeitos que utilizam uma língua cuja modalidade é visual espacial. Os fracassos dos surdos são desta forma, atribuídos a surdez e à condição linguística inadequada nas escolas em razão do não domínio da língua oral, o que reflete consequentemente no desenvolvimento cognitivo adequado.

Os surdos vivem atualmente um processo de transição e tentativa de emancipação político-pedagógica que nas últimas décadas orientou-se por discursos oralistas e a prática clínica ouvintista. As perspectivas são positivas com o novo projeto/proposta de ensino para surdos, pois agora essa proposta propicia aos alunos surdos o direito de utilizar-se da sua primeira língua - L1, para apreender os conteúdos sem que haja nenhum prejuízo quanto às disciplinas definidas na grade curricular dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs e ainda de adquirir o ensino de sua segunda língua - L2. A esta nova orientação pedagógica dá-se o nome de Bilinguismo para surdos, filosofia educacional que propõe o ensino de duas línguas sistematicamente no ambiente próprio que é a escola.

Buscaremos entender os encontros entre as duas línguas envolvidas em nossa pesquisa. Iniciaremos pela Língua Portuguesa como primeira língua oficial, considerada a língua dos ouvintes¹ e de modalidade oral auditiva e, por meio da qual são feitos todos os registros escritos do nosso país. Já a Língua Brasileira de Sinais, doravante Libras, é a segunda língua do Brasil oficializada pela Lei 10.436/02, que a reconhece como Língua Brasileira de Sinais como sendo “a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um

¹ Entende-se por ouvinte aquele que não tem prejuízo auditivo e se comunica por meio da língua oral auditiva.

sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”.

Ainda de acordo com a referida Lei no seu artigo 4, parágrafo único: “a Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa”. Assim sendo, é necessário que os surdos leiam e escrevam em Língua Portuguesa para que consigam compreender as informações veiculadas nos diversos campos de interação como bancos, empresas, igrejas e, principalmente no nosso foco que é a escola e a construção do texto escrito em Língua Portuguesa. Para Fernandes (2006, p.16) afirma que “a ÚNICA via de acesso a Língua Portuguesa para os alunos surdos é a escrita (...) e para que os surdos aprendam a escrita é necessário compreender a estrutura gramatical da Língua Portuguesa”.

Como um tema que se expande no momento, o estudo desta proposta de ensino é fonte de pesquisa de importantes autores como: Lodi (2012), Slomski (2010), Quadros (2008), Mortatti (2004), Salles (2004), e Moura (2000), dentre outros. Mesmo com os investimentos em pesquisas nesta área, após uma década de aceitação da Libras nas escolas, observa-se que ainda há uma atuação pedagógica prematura, envolvida por dúvidas e receios sobre quais caminhos percorrer para atender as atuais propostas de ensino para alunos com surdez, principalmente no que diz respeito à Língua Portuguesa.

O reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas no Brasil se deu através da Lei 10.436 e regulamentada pelo decreto 5.626/2005, importante conquista após histórica luta de mobilização por seus direitos, o Brasil teve seu 2º idioma oficializado, esta língua além assegurar o status linguístico da Libras garante ainda às pessoas surdas o direito de serem educadas em sua língua materna que é a Libras. O parágrafo único desta mesma lei informa que a Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa o que leva aos alunos surdos a necessidade de aprender esta e escrever em língua portuguesa.

O Ministério da Educação – MEC desenvolveu o Atendimento Educacional Especializado – AEE que, para os alunos surdos, deve trabalhar as especificidades da língua portuguesa à parte das aulas da turma comum partindo do conhecimento prévio dos alunos nesta língua, possibilitando ao discente a construção de conceitos e a organização de esquemas mentais que garantam a apreensão de habilidades de leitura e produção escrita na L2 (segunda língua).

Em função do quadro descrito, esta pesquisadora, envolvida por estas reflexões e desejosa de contribuir para o progresso do ensino para o aluno surdo no Brasil, haja vista, que as leis existem, porém, não são cumpridas em sua íntegra, desenvolveu o interesse em

pesquisar a seguinte problemática: De que forma as estratégias metodológicas utilizadas no AEE influenciam no processo de letramento e aquisição da língua portuguesa escrita enquanto 2ª língua pelo aluno surdo?

A realização deste estudo compreendeu-se que as estratégias metodológicas utilizadas pelos professores do AEE são efetivas na prática de letramento e aquisição da língua portuguesa escrita para alunos surdos com o intuito de mais bem compreendê-la. Espera-se que os resultados apresentados nesse trabalho contribuam para uma maior compreensão desse universo com vista a um melhor desenvolvimento dos estudos executados nesse contexto na cidade de Teresina.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os atuais estudos na área da educação para surdos têm apontado o Bilinguismo como uma nova proposta de ensino e supõe o reconhecimento político da Surdez como diferença, ou seja, o reconhecimento do direito que tem uma comunidade linguística minoritária. (LODI, 2012; SLOMSKI, 2010). Os estudos são recentes e as experiências no Brasil ainda são restritas, mas essa é a proposta que apresenta melhores resultados sobre o desenvolvimento cognitivo do aluno surdo, além de ser a que encontra maior aceitação pela comunidade surda.

A partir do Decreto 5.626/05, que possibilitou o reconhecimento da Libras, as propostas educacionais bilíngues passaram a ser mais bem estruturadas. As escolas que antes segregavam e reprimiam o uso da Língua de Sinais agora devem organizar e ofertar turmas bilíngues em que a Língua Brasileira de Sinais seja a primeira língua (L1) de instrução e a Língua Portuguesa na modalidade escrita, a segunda língua – L2. Para explicar melhor estas orientações reporta-se a Goldfeld (1997, p.38) que considera que [...] “o Bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser Bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna à língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país [...]” A aquisição da segunda língua – L2, na modalidade escrita é o que permite ao surdo ser letrado.

Considera-se que letramento é algo bem relevante por nos remeter reflexões sobre o verdadeiro sentido do significado desta palavra no processo educacional, relaciona-se como o conjunto de práticas de comunicação social relacionadas ao uso de materiais escritos, e que envolvem ações da natureza não só física, mental, e linguístico-discursivas como também social e político ideológica, no entanto, falar em educação nos remete a pensarmos no processo educacional em diversas épocas como: idade antiga, idade média e idade moderna

em uma sociedade que vem se constituindo historicamente e na qual ganha mais visibilidade a importância de constituir-se como sociedade culturalmente letrada.

Compreende-se ainda que a educação são conhecimentos passados de geração a geração preservados ou modificados pelas pessoas, enquanto letramento está atrelado à aquisição e a função social da leitura e da escrita das pessoas, em um contexto vivenciado em diversas situações socioculturais. De acordo com Mortatti (2004), a palavra letramento começou a ser utilizada no Brasil a partir dos anos 80 por pesquisadores das áreas de educação e linguística, no entanto, ainda se discute letramento e alfabetização em uma perspectiva de saber ler e escrever e, de acordo com o estudo realizado, compreende-se que alfabetização trata do sentido técnico de ensinar a pessoa a ler e escrever, ao passo que letramento remete à função da leitura e da escrita para situações significativas na vida do cidadão.

Entende-se que no Brasil, ainda há certa dificuldade na garantia do direito de aprender a ler e a escrever, assim como de proporcionar um ensino de qualidade conforme estabelece a LDB – 9394/96. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, o Brasil é o campeão de reprovação e repetência escolar e que vem se fazendo vários programas governamentais, mas a situação ainda é preocupante, principalmente nas séries iniciais. Nesse sentido, pesquisas realizadas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e pela UNESCO em que “[...] localizam o Brasil em penúltimo lugar, entre 41 países no que se refere às competências de jovens de 15 anos para a leitura”. Resultados como esses só vêm a contribuir para aumentar o número de analfabetos e de excluídos na sociedade em que vivemos o que nos leva a refletir, também, sobre o processo de alfabetização da leitura e escrita das pessoas com deficiência.

Com relação ao letramento, citamos alguns conceitos de autores como: Lodi, (2013), que o define como um “[...] conjunto de práticas de comunicação social relacionadas ao uso de materiais escritos, e que envolvem ações de natureza”, Já para Soares (1998, p.36) letramento significa o “[...] estado daquele que não só sabe ler e escrever, mas que também faz uso competente e frequente da leitura e da escrita, muda seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura”. Destaca-se ainda que o uso da linguagem em suas múltiplas dimensões é essencial para a organização social do sujeito. Para Mortatti (2004), “o processo de letramento vai além de ler e escrever, ou seja, é uma prática social que enfoca a função social da leitura e da escrita em uma sociedade letrada, em que a pessoa utiliza vivências de letramento em diversos contextos sociais”. Nesse sentido, este constitui fator de extrema importância para o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno com surdez

em sala de aula e na vida social. No Brasil, atualmente, a maioria dos surdos adultos são considerados iletrados funcionais por diversos motivos que advém desde o ambiente familiar até o escolar. Em um de seus estudos, Fernandes (1990) revelou que são múltiplas as dificuldades do surdo quanto ao uso funcional da língua portuguesa. A esse respeito Guarinello (2007, p. 57) afirma que além de terem dificuldades quanto à leitura e a compreensão de texto os surdos também possuem:

Para encaminhamento desta parceria, as propostas do bilinguismo para surdos possuem claras especificações sobre quais profissionais deverão atuar na formação da pessoa surda, demonstrando importante avanço sobre a cultura educacional hierárquica e linear que envolvia as salas de aulas. Por meio do Decreto 5.626/05 art. 14, são apontados, dentre outros, o professor de Atendimento Educacional Especializado como um dos facilitadores da aprendizagem. Estes deverão

Garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização [...] para complementação curricular com utilização de equipamentos e tecnologias de informação” (BRASIL, 2005, p. 02)

Atuar nas salas de recursos é uma atividade árdua que requer sensibilidade para detectar o que o aluno já sabe o que constrói no momento e o que ainda necessita aprender. As atividades devem partir das necessidades individuais de cada criança e, para isto, deve haver planejamento e comprometimento com o trabalho pedagógico. Alves, Ferreira e Damázio (2007, p. 10) propõem que a prática pedagógica do AEE deva partir de “contextos de aprendizagem definidos pelo professor da sala comum” como uma complementação didática que amplie as experiências do aluno sob infinitas possibilidades.

De acordo, com Skliar (1999, p. 21) somente na medida em que as singularidades linguísticas e pessoais forem respeitadas, “os estudantes surdos poderão receber uma educação equivalente àquela dada aos estudantes ouvintes”. Para tanto, torna-se necessária à implementação de:

Ações que tenham sentido para os alunos em geral e que esse sentido possa ser compartilhado com os alunos com surdez. Mais do que a utilização de uma língua, os alunos com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento, explorem suas capacidades, em todos os sentidos.

Para por em prática estas ações três momentos compreendem o Atendimento Educacional Especializado. Conforme Damázio (2007), eles são: 1 - Momento de explicações

diárias sobre os conteúdos curriculares em Libras; 2 - Momento destinado para o ensino da Libras; 3 - Momento para o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa.

A última etapa refere-se àquela na qual se aprofundou esta análise, pois consiste em grande desafio para todos os envolvidos com o ensino desta disciplina. Segundo Perlin (1998, apud DAMÁZIO, 2007, p.21), “os surdos não conseguem dominar os signos dos ouvintes, por exemplo, a epistemologia de uma palavra, sua leitura e sua escrita” por motivos óbvios, como na grande maioria dos casos, devido à deficiência na prática pedagógica que termina por gerar no aluno o estigma de que ele não aprende porque é deficiente.

No ensino da Língua Portuguesa deverá ser abordada os aspectos morfológicos, sintáticos e semântico-pragmáticos em três níveis distintos (ALVEZ; FERREIRA; DAMÁZIO, 2010). Para aprender o aluno deverá inicialmente passar por processo de letramento para posteriormente seguir para os níveis intermediários de leitura, interpretação e escrita de modo a alcançar o terceiro e mais avançado nível que exigirá do aluno o uso da língua em textos mais complexos. As recomendações dos Cadernos do Coordenador e do Formador de Grupo para a construção de escolas inclusivas apontam que “todo cuidado será necessário para que seu aprendizado não se transforme apenas em prática de memorização de regras, classificações e nomenclaturas, ou seja, uma atividade meramente metalinguística” (BRASIL, MEC, 2006, p 80).

Alves, Ferreira e Damázio (2010, p. 20) sugerem que para que as salas de recursos cumpram sua finalidade sejam providenciados:

Ampla acervo textual em Língua Portuguesa, capaz de oferecer ao aluno a pluralidade dos discursos, pelos quais possam ter oportunidade de interação com os mais variados tipos de situação e de enunciação; presença de pistas escritas pré-estabelecidas pelo professor em concordância com os alunos, de forma que possam ser utilizadas como canal de comunicação entre os alunos e o professor, colocando em uso, a estrutura e funcionamento da língua.

O sucesso do aluno nestas etapas facilmente possibilitará avanços quando o ensino da L2 (segunda língua) for um estudo prático, que vá ao encontro do conteúdo vivencial do aluno surdo, sem permitir restrições somente ao uso da gramática normativa, com um conjunto de regras sem sentido para o aluno que reduzem a língua a um sistema abstrato de normatizações que deve ser incorporado através do treino e da repetição.

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos a pesquisa bibliográfica na qual fizemos as leituras e discussão dos principais pressupostos que nortearam a pesquisa, tanto no âmbito da Língua Portuguesa – práticas de Letramento como nos estudos da Língua Brasileira de Sinais – Libras, em seguida, realizamos uma descrição dos processos de aquisição da escrita e letramento dos alunos surdos nas salas de AEE.

Para alcançarmos os objetivos e resposta(s) para o problema deste estudo, o trabalho em questão é de natureza qualitativa, entendida por Minayo (2001, p. 14), como uma pesquisa que “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Quanto aos seus objetivos constitui-se de uma pesquisa do tipo explicativa. De acordo com Andrade (2010, p. 112), a pesquisa explicativa é uma pesquisa “[...] mais complexa, pois, além de registrar, analisar e interpretar os fenômenos estudados procura identificar seus fatores determinantes, ou seja, suas causas”.

Por meio de uma abordagem qualitativa abordamos os sujeitos envolvidos nas práticas educativas em que acontece o fenômeno com uso das técnicas de entrevista semiestruturada e observação direta. A entrevista foi uma das técnicas escolhidas devido ao seu caráter social e porque “[...] se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos autores, enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada” (MINAYO 1994, p.57). Quanto à técnica da observação, utilizamos e defendemos seu uso por ser, de acordo com Barros e Lehfeld (2009, p. 76), é uma das técnicas de coleta de dados imprescindível em toda pesquisa científica. “Observar significa aplicar atentamente os sentidos a um objeto para dele adquirir um conhecimento claro e preciso”.

O lócus de pesquisa deste estudo são as salas de recursos multifuncionais do AEE da Rede Pública Estadual de Ensino de Teresina-PI, como critério selecionou apenas as centros/escola que se concentra o maior número de alunos Surdos matriculados (Unidade Escolar Matias Olímpio - UEMO, Centro de Atendimento ao Surdo - CAS e Centro de Estimulação Sensorial – CES), como critério de escolha dos participantes, participaram os professores que possuem especialização em Libras, e de Língua Portuguesa, além de dois alunos surdos de cada professor selecionado.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para registro das informações coletadas apresentamos uma síntese dos resultados encontrados em conformidade com o objetivo geral de investigar os efeitos das estratégias metodológicas utilizadas no AEE no processo de Letramento e aquisição da Língua Portuguesa enquanto segunda língua - L2 nas salas de recursos multifuncionais do AEE da Rede Pública Estadual de Ensino de Teresina-PI. Assim, para o atendimento a este objetivo macro traçou os seguintes objetivos específicos, conhecer as estratégias metodológicas dos professores do AEE no processo de letramento e ensino da escrita da Língua Portuguesa para alunos surdos, caracterizar o papel do professor do AEE no processo de Letramento e ensino da escrita da Língua Portuguesa para alunos surdos e verificar, na perspectiva dos alunos surdos, como está se dando o aprendizado da Língua Portuguesa em sua modalidade escrita nas salas de AEE.

A análise de dados da pesquisa foi realizada em uma proposta que ilustra a forma de Atendimento Educacional aos Surdos do AEE e averiguar ainda quanto à apropriação e domínio da Língua Portuguesa na modalidade escrita, para que de fato compreenda se o trabalho do profissional de Letras se faz necessário nesse processo e se o momento para o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa previsto no AEE está ocorrendo.

Na capital, com base nos dados do setor de estatística da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, referente ao ano de 2017, existem 15 (quinze) escolas que possuem sala multifuncional, um total de 89 (oitenta e nove) surdos regularmente matriculados em diferentes séries, incluindo a EJA (Educação de Jovens e Adultos). Para seleção das instituições, consideramos aquelas que se concentra o maior número de alunos Surdos matriculados conforme apresentamos: CAS com 39 (trinta e nove), UEMO com 19 (dezenove) e CES com 5 (cinco), nesta última instituição a faixa etária atendida é de 0 a 06 anos. O atendimento ao Surdo acontece de forma ativa nestas instituições. Para a amostragem destes sujeitos realizamos entrevista com 2 (dois) alunos Surdos de cada escola, perfazendo um total de 6 (seis), a fim de verificar em sua percepção como está acontecendo o aprendizado da Língua Portuguesa em sua modalidade escrita nas salas multifuncionais.

Durante a observação e com os dados coletados na entrevista, percebeu que são unânimes as dificuldades que eles possuem em relação ao processo de construção da leitura e escrita, no entanto, em duas instituições pesquisadas o Atendimento Educacional apresenta resultados significativos nesse processo, devido à faixa etária dos Surdos que iniciam cedo e a estimulação precoce se faz presente. Na terceira escola, um fator apresentado pela maioria dos

alunos Surdos é a falta de qualificação de muitos professores da sala regular para lidar com essa língua “Libras” e seus elementos linguísticos, ficando os alunos refém apenas dos Intérpretes de Libras que alia atuam.

Sobre a qualificação dos profissionais atuantes nas salas multifuncionais dos centros acima, todos possuem especialização em Libras e outros em Letras – Português/Linguística, na escola (UEMO) os profissionais possuem especialização em Libras, porém suas formações são de áreas distintas, o espaço conta apenas com profissional de Letras – Português, o atendimento no contra turno e escala de revezamento. Tivemos como amostragem 6 (seis) com especialização em Libras e 2 (duas) letras-português, todos com experiência em Libras e com aperfeiçoamento constantes de cursos de capacitações de Libras, curso esse oferecido pelo estado com carga horária inicial de 160 horas. Sobre o perfil dos profissionais atuantes nesse espaço, a presença do professor de língua portuguesa acontece durante a realização do 3º momento do AEE (Momento para o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa).

Para tanto, os professores destas instituições reconhecem que o apoio das instituições tem sido significativo para sua atuação e desenvolvimento da aprendizagem dos alunos Surdos, e lamentam que tal estrutura não aconteça nas demais escolas, que precisam de apoio, redirecionamento da real proposta deste espaço, estrutura física, disponibilização de materiais didáticos, pessoal e da ativa participação da família, para auxílio dos mesmos no que diz respeito à assiduidade dos Surdos e do envolvimento do professor da sala regular.

Assim, devido o conhecimento profundo da língua, suas estratégias metodológicas são realizadas, os resultados esperados acontecem, um ponto importante que os professores acreditam ser diferencial é a presença de professores Surdos atuantes nesse espaço, tomando como base a proposta do AEE - Surdo. Ficou evidenciado, que em nenhum dos espaços o envolvimento do professor da sala regular acontece de forma ativa, o planejamento em sua maioria não é compartilhado e nem discutidos com eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, todos os dados coletados foram importantes, pois possibilitaram refletir acerca da Política Pública do Atendimento Educacional Especializado nas salas multifuncionais das escolas CAS, CES e UEMO da rede estadual de Teresina- PI.

Ficou evidenciado que os professores atuantes nesses espaços reconhecem que a formação específica na Libras é importante para a comunicação com Surdo, para sistematizar as estratégias diferenciadas que serão utilizadas no processo de letramento e aquisição da

língua portuguesa, a parceria com o professor da área específica da língua portuguesa é essencial para o atendimento do 3º momento do AEE, o contato direto destes sujeitos com usuários nativos fazem toda a diferença. O planejamento nessas instituições acontece e envolve todos os sujeitos para que as ações sejam selecionadas e organizadas. A faixa etária é diferenciada nestes espaços, o CES atuando também com a estimulação precoce (0 a 6 meses) e o AEE, o CAS a partir de 6 anos, ressalta que no CAS ocorre apenas o 1º momento e o 3º momento da proposta do AEE, o UEMO, atuando com alunos Surdos no contra-turno.

Em uma das escolas pesquisadas, que atende Surdos com uma faixa etária maior, apresenta dificuldades no atendimento educacional, os professores da sala regular possuem apenas conhecimento básico em Libras, na sala multifuncional existem professores com especialização em Libras, o que facilita, porém, os alunos sentem que existe uma barreira entre eles e o professor regular. Na percepção dos alunos Surdos participantes da pesquisa, a escrita da língua portuguesa é um grande desafio, muitos não dominam e acredita que o problema estar atrelado à falta de acessibilidade no horário regular, e na sala multifuncional. A reprodução da escrita acontece, no entanto, a compreensão e a sua função social não.

Assim, durante a realização desta pesquisa, foi possível concretizar o que já conhecia nas referências pesquisadas, que muitas ações estão traçadas de forma sistematizada em documentos norteadores e que na maioria destes espaços a proposta não acontece, nas escolas pesquisadas a prática se consolida, os resultados são perceptíveis. Portanto, as estratégias metodológicas são fundamentais, a sua utilização importante no processo de letramento e aquisição da língua portuguesa escrita como 2ª língua pelo Surdo, bem como a comunicação por meio de sinais durante o atendimento educacional e sala regular, o que exigiria de todos. A presença do professor de Língua Portuguesa e do professor Surdo faz a diferença nesse processo de aquisição. Os resultados acontecem de forma lenta, quando os fatores apresentados acima não fazem parte. É importante ressaltar que a alfabetização do Surdo se concretiza através do bilinguismo, e o professor deve promover estratégias contextualizadas para que o processo ocorra.

REFERÊNCIAS

ALVEZ, Carla Barbosa; FERREIRA, Josimário de Paula; DAMÁZIO, Mirlene Mâcedo. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue na escolarização da pessoa com surdez**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____, **Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento educacional especializado**: pessoa com surdez. Brasília: SEESP / SEED / MEC, 2007.

FERNANDES, Sueli F. **Práticas de letramento na educação bilíngue para surdos**. Curitiba: SEED, 2006.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

LODI, Ana Cláudia, B. **Letramentos e Minorias**. 7ª ed. Porto Alegre: mediação, 2013.

_____ **Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001

MORTATTI, Maria do Rosário longo, **Educação e Letramento**. Coleção paradidática, São Paulo. UNESP. 2004.

QUADROS, Ronice Müller de. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2008.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. **Ensino de língua portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

SKLIAR, Carlos (org.). **Atualidades da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediações, 1999.

SLOMSKI, Vilma G. **Educação Bilíngue para Surdos**: Concepções e Implicações Práticas / Curitiba: Juruá, 2010.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.